



ACÓRDÃO Nº1093/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11211/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manicoré.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Bernardino Jose Lindoso Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICERP e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3849/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manicoré. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manicoré, exercício de 2017, sob a responsabilidade do **Sr. Bernardino Jose Lindoso Neto**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Bernardino Jose Lindoso Neto** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais), relativamente às restrições 1, 2, 3, 8 e 9 do Relatório nº 79/2019 da DICAMI, listadas no corpo do Voto, não sanadas, nos termos do art. 308, VII, do Regimento Interno, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº1093/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que:

10.3.1. Realize o recolhimento imediato junto ao RPPS de Manicoré das diferenças não recolhidas, devidamente atualizadas;

10.3.2. Promova discussão junto ao RPPS de Manicoré acerca do Plano de Custeio apresentado na referida Avaliação Atuarial para que o Legislativo possa discutir e contribuir com a sua aprovação, conforme disposição do art. 1º, I e II, da Lei Federal nº 9.717/98;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.4.1. Envie cópia do Relatório da DICERP para o Ministério da Previdência Social – MPS, Coordenação-Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI / Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “F”, Ed. Anexo, Ala A, Sala 450 CEP 70.059-900 – Brasília – DF;

10.4.2. Adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral